



Anais da Assembleia

Nº 055

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 43.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Lourenço Fregonese, Arlindo Troian, Dirceu Manfrinato, Durval Amaral, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Nelson Justus e Rafael Greca de Macedo (09). Achando-se em licença o Sr. Deputado Neivo Beraldin (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o número DTL/138/91, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 10/91, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e ilegais. - À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os números DTL/SAT/135 a 137/91,

do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

092/91 - De autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado, o qual convertido em lei tomou o número 9604. - Anote-se. Arquite-se.

098/91 - De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a BIBLIOTECA FREUDIANA DE CURITIBA- CENTRO DE TRABALHO EM PSICANÁLISE, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o número 9605. - Anote-se. Arquite-se.

104/91 - De autoria do Deputado DUÍLIO GENARI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REVERENDO DARCY MIRANDA GONÇALVES, com sede e foro na cidade de Toledo, o qual convertido em lei tomou o número 9606. - Anote-se. Arquite-se.

OFÍCIO S/N

Curitiba, 17 de maio de 1991.
Senhor Presidente.

Através do presente, comunico a Vossa Excelência que, por motivo de viagem à Itália, para fins de estudos, me ausentarei desta Casa de Leis no período de 18.05.91 a 28.05.91, sem ônus para este Poder.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

(a) NEIVO BERARDIN

Mensagens:

MENSAGEM Nº 21/91.

Curitiba, em 16 de maio de 1991.
Senhor Presidente.

Dando cumprimento às disposições contidas nos artigos 54, inciso IV e 66, inciso I da Constituição do Estado do Paraná, tenho a honra de submeter a essa augusta Casa, o anteprojeto de lei que visa conceder, a partir de 10 de maio de 1991, abono equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre os salários e vantagens permanentes percebidos em abril de 1991, aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho das seguintes entidades da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual:

- Fundação Universidade Estadual de Londrina;
- Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- Fundação Universidade Estadual de Maringá;
- Centro-Oeste;
- Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná;
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio;
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho;
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá;
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória;
- Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana;
- Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho;
- Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro;
- Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão;
- Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná;
- Fundação Faculdade de Artes do Paraná.

Na busca da melhoria da qualidade dos serviços que o Estado presta à sociedade paranaense o Poder Executivo vem procurando corrigir distorções existentes nos vencimentos do funcionalismo, uma vez que os dois fatores guardam relação entre si.

As propostas encaminhadas a essa augusta Casa têm por objetivo a adequação gradativa das diversas categorias de servidores em direção ao Regime Único.

As Instituições de Ensino Superior não foram contempladas com os benefícios da Lei n° 9547/91, que concedeu reajustes ao funcionalismo público da Administração Direta e Autárquica a partir de janeiro do corrente ano, assim como a essas entidades não se aplicam as disposições da Medida Provisória n° 295 do Governo Federal.

A proposta de abono de 40% é a alternativa que permite equiparar essas instituições aos aumentos propostos pelo Poder Executivo a outras fundações estaduais, cuja mensagem se encontra em tramitação nesta Casa de Leis, sem comprometer o equilíbrio financeiro do Tesouro Estadual.

Cabe informar que o custo aproximado para o pagamento do abono proposto é de Cr\$ 460 milhões mensais.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica concedido, a partir de 10 de maio de 1991, abono equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre os salários e vantagens permanentes percebidos em abril de 1991, aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho das entidades da Administração Indireta a seguir indicadas:

- Fundação Universidade Estadual de Londrina;
- Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- Fundação Universidade Estadual de Maringá;
- Centro-Oeste;
- Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná;
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio;
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho;
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá;
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória;
- Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana;
- Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho;
- Fundação Faculdade estadual de Direito do Norte Pioneiro;
- Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão;
- Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná;
- Fundação Faculdade de Artes do Paraná.

Parágrafo Único - O abono de que trata este artigo, vigorará até que sejam revisados os vencimentos dos servidores das entidades nominadas e serão considerados para efeito de quaisquer revisões salariais.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 1991.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 23/91

Curitiba, 16 de maio de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir, na forma que especifica, o regime fiscal das microempresas.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses do Estado, eis que consubstancia medida legal no sentido de ensinar às microempresas melhores con-

dições para ampliação de suas atividades econômicas, disso resultando maior oferta de empregos e melhor qualidade dos bens produzidos, além de gerar capacidade para novos investimentos.

Na adiante transcrita exposição de motivos apresentada pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, estão detalhadamente demonstrados os aspectos da conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

"Os sucessivos planos de estabilização econômica implementados pelo Governo Federal têm submetido pesado sacrifício à sociedade, especialmente aos cidadãos de renda mais baixa.

2 - O fraco desempenho atual da atividade econômica, por reduzir postos de trabalho, reflete-se em estatísticas sociais preocupantes.

A atividade econômica reduzida implica menor produção, desemprego, renda declinante, menor consumo, menos poupança, menos investimentos, mais recessão.

3 - A sociedade não aceita ficar prisioneira deste círculo vicioso e perverso, que penaliza o crescimento econômico e o desenvolvimento.

4 - Daí a motivação do Governo do Estado do Paraná em contribuir para o rompimento desta causação circular e iniciar, portanto, a implementação de mecanismos que restaure o círculo virtuoso da riqueza. Retomá-lo para expandir a economia como resultado da multiplicação de produtos e não da multiplicação de moeda.

5 - O instrumento ao alcance do Governo Estadual se consubstancia na outorga de tratamento jurídico-tributário diferenciado às microempresas, com respaldo nas disposições dos artigos 130 e 143 da Constituição do Estado do Paraná.

6 - Assegurar condições operacionais para empresas de pequeno porte, dada à conjuntura presente, não terá exclusivamente o condão de amortecer a crise.

Dados históricos informam que elas contribuem significativamente, quer do ponto-de-vista econômico quer do social, no processo de desenvolvimento de qualquer espaço geográfico.

7 - Ademais, possuem elas características próprias e exclusivas e exercem função ímpar, à vista de que absorvem expressivos contingentes de mão-de-obra, possuem alta flexibilidade locacional, desempenhando papel importante na interiorização do desenvolvimento e são capazes de gerar uma classe empresarial dinâmica pela absorção da tecnologia gerencial produzida em seu próprio ambiente.

8 - Estas as razões fundamentais do encaminhamento do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instituir o regime fiscal das microempresas, cujos preceitos são, a seguir, enunciados em sua es-

sência objetiva.

9 - O art. 1º visa a autorizar o Poder Executivo a instituir o regime fiscal das microempresas, dentro dos limites e condições que a lei delinea, em cumprimento ao comando do art. 97 do vigente Código Tributário Nacional.

10 - O art. 2º aponta o critério básico e objetivo para enquadramento no regime, assentado sobre o valor anual de entradas de mercadorias e serviços de transporte.

Ficam afastadas, assim, quaisquer bases subjetivas de aferição de valores para compor o limite de enquadramento. O valor de nove milhões de cruzeiros, estabelecido no "caput", permite segundo projeções da Secretaria da Fazenda, enquadrar em torno de setenta mil microempresas no regime desta lei.

O impacto sobre a receita tributária própria do Estado será, por sua vez, diminuto.

11 - O art. 3º arrola as empresas que, pela natureza específica de suas atividades, operam em estruturas de maior porte.

Não são, portanto, compatíveis com o regime de microempresas, ora porque é elevado o valor específico dos bens com que atuam; ora porque a tecnologia disponível no mercado determina a implantação de unidades produtivas de tamanho maior.

12 - Fica assegurado, no art. 4º o direito de o contribuinte optar pelo regime. Mesmo que preencha os requisitos para enquadramento, ele poderá, assim, decidir continuar sendo ou ser contribuinte de regime normal.

13 - O enquadramento no regime fiscal das microempresas confere isenção do ICMS (art.5º), impondo, entretanto, algumas restrições e o cumprimento de obrigações acessórias, excetuadas aquelas que o regulamento dispensar.

O § 2º pretende assegurar o tratamento diferenciado às microempresas que realizam operações com outros contribuintes, com destaque do imposto.

A isenção generalizada às microempresas, inclusive nessas transações, era óbice ao regular desenvolvimento de seus negócios, porquanto ficava interrompida a cadeia de créditos que inviabiliza a característica não-cumulativa do ICMS.

No caso, o limite anual de operações de saídas com destinação a outras empresas com destaque de imposto é de um milhão e oitocentos mil cruzeiros (vinte por cento de nove milhões de cruzeiros).

Os §§ 3º e 4º assinalam formas alternativas de apuração do imposto a ser pago em razão das operações realizadas com outros contribuintes.

14 - Na hipótese de retorno da microempresa ao regime normal de pagamento

do ICMS, o art. 6º garante, em atenção ao princípio da não-cumulatividade, a recuperação dos créditos do imposto incidido na aquisição das mercadorias em estoque.

O parágrafo oferece a alternativa de estimar o valor desse crédito.

15 - O art. 7º atribui à microempresa, nas situações que descreve a responsabilidade pelo pagamento do imposto, em reforço a comando já inscrito na Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

16 - O art. 8º convalida também para a microempresa as multas da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989. Retira, adicionalmente, a possibilidade de o mesmo benefício desta lei ser outorgado a qualquer outra empresa de que participe titular ou sócio de microempresa que tenha praticado algum ilícito.

17 - Oferece-se, no art. 9º - a faculdade de o Poder Executivo reavaliar o regime fiscal instituído, especialmente no sentido de evitar que os incentivos ora concedidos sejam superiores a cinco por cento da receita tributária.

18 - Implementa-se, no art. 10, mudança no número limite de parcelas para pagamento de créditos tributários como fixado na Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

A possibilidade de parcelamento dos créditos tributários fica estendida de até trinta e seis para até sessenta parcelas, viabilizando-se, de um lado, o incremento da receita tributária do Estado pelo estímulo do contribuinte ao acerto de suas contas e, de outro, maior fôlego financeiro às atividades produtivas no sentido da superação do atual quadro recessivo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Poder Executivo é autorizado a instituir o regime fiscal das microempresas, observados os limites e condições desta Lei.

Art. 2º - Será enquadrável no regime fiscal das microempresas, aquela cujo valor anual de entrada de mercadorias e serviços de transporte, utilizados na industrialização ou comercialização, não ultrapassar a nove milhões de cruzeiros.

§ 1º - Na determinação dos valores anuais será permitida a dedução das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária com retenção na fonte, das devoluções de compras, bem como aquelas cujas saídas devam ocorrer sem dé-

bito do imposto.

§ 2º - No primeiro ano de atividade, o limite dos valores de entradas será obtido proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de Constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 3º - O valor referido neste artigo poderá ser atualizado de acordo com a variação da unidade padrão fiscal do Paraná ou outro índice que reflita, adequadamente a perda do poder liberatório da moeda.

Art. 3º - Então excluídas do regime fiscal das microempresas as empresas:

I - constituídas sob a forma de sociedade por ações, cooperativas, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

II - que realizem a importação de produtos estrangeiros, armazenamento e depósito de produtos de terceiros, produção ou exportação de produtos primários, ou ainda que prestem serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

III - cujo titular ou sócio participe do capital social de outra;

IV - que operem nos seguintes ramos de atividade econômica;

a) desdobramento de madeira - código de atividade econômica (CAE) - 15.1;

b) couros e peles e produtos similares e artefatos de selaria e correaria, para viagem e uso pessoal (exclusive calçados e artigos do vestuário) CAE - 19;

c) construção civil - CAE - 33;

d) comércio varejista de veículos novos e usados, concessionárias (exclusive bicicletas e triciclos) - CAE - 41.61 a 41.63;

e) comércio varejista de veículos novos e usados, peças e acessórios - CAE - 41.69.00;

f) comércio varejista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso industrial (inclusive peças e acessórios) - CAE - 41.71.00;

g) comércio varejista de máquinas e aparelhos para uso comercial - CAE - 41.72.02;

h) comércio varejista de aparelhos e equipamentos para comunicação (inclusive peças e acessórios) - CAE - 41.73.00;

i) comércio varejista de bombas e compressores - CAE - 41.75.00;

j) comércio varejista de joalheria e relojoaria, inclusive metais preciosos, pedras preciosas e semi-preciosas lapidadas e peças para relógios - CAE - 42.22.01;

l) comércio varejista de artigos de ótica - CAE - 42.23.01;

m) comércio atacadista em geral - CAE - 43 e 44.

Art. 4º - O enquadramento no regime

fiscal das microempresas será realizado de ofício ou a requerimento expresso do contribuinte.

Parágrafo Único - É assegurado ao contribuinte o direito de não ser incluído no regime fiscal das microempresas.

Art. 5º - Os contribuintes enquadrados no regime fiscal das microempresas ficarão isentos do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços.

§ 1º - A isenção de que trata este artigo:

I - não será estendida às saídas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;

II - implicará em anulação dos créditos fiscais das operações e prestações anteriores;

III - não excluirá o cumprimento das obrigações acessórias, salvo as dispensadas em regulamento.

§ 2º - Será assegurada a permanência no regime fiscal das microempresas a que não ultrapassar a vinte por cento sobre o valor anual de entrada, como definido no art. 2º, em relação a operações que destinam mercadorias para outras empresas com destaque do imposto.

§ 3º - Para apuração do imposto relativo às saídas referidas no parágrafo anterior, a microempresa deverá, ao final de cada mês, demonstrar os valores do imposto debitado e do crédito das operações e prestações anteriores.

§ 4º - Alternativamente, poderá a microempresa estimar o crédito em setenta por cento do valor do imposto debitado.

Art. 6º - Na hipótese de o estabelecimento passar ao regime normal de apuração e pagamento do imposto, fica assegurado o direito de recuperação do crédito, em relação às mercadorias anteriormente tributadas, existentes em estoque, e cujas saídas devam ocorrer com o débito integral do imposto.

Parágrafo Único - Na impossibilidade ou dificuldade de determinação do crédito real, o contribuinte poderá aplicar quinze por cento sobre o valor das mercadorias tributadas, apurado a partir das aquisições.

Art. 7º - A microempresa é responsável pelo pagamento do imposto;

I - de contribuinte não inscrito no cadastro fiscal do Estado, referentemente às mercadorias e serviços que adquirir;

II - relativo à aquisição, em operação interestadual, de bens e serviços destinados ao uso e consumo.

Art. 8º - A microempresa ficará sujeita às multas previstas na Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989, de conformidade com o ilícito praticado.

Parágrafo Único - O titular ou sócio

responderá solidariamente pela aplicação deste artigo ficando ainda impedido de beneficiar-se em qualquer outra empresa do regime desta Lei.

Art. 9º - O Poder Executivo reavaliará de seis em seis meses os incentivos fiscais desta lei, podendo limitá-los ou revogá-los se ultrapassarem a cinco por cento da receita tributária do Estado.

Art. 10 - O "caput" do art. 52 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 52 - Os créditos tributários vencidos relativos ao ICMS poderão ser pagos em até sessenta parcelas, conforme critério fixado pela Secretaria da Fazenda".

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Resolução nº 27/91, que altera o Art. 1º da Resolução nº 12/90, de 11 de abril de 1990, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do município de Aparecidinha do Oeste.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no inciso VI, § 3º, do artigo 132 do Regimento Interno, requer licença para tratamento de saúde do dia 23 de maio a 9 de junho do corrente exercício.

Requer, outrossim as providências legais e regimentais cabíveis.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamto: Nelson Garcia, João Arruda, Domingos Carvalho, Rossoni, Cleiton Kiel-

Se, Heinz Herwig, Nilton Barbosa, Ernani Pudell, Orlando Pessuti, José Artur Ritti, Paulo Maia, Élio Rusch e Ovídio Constantino.

REQUERIMENTO N° 1105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor VALDIVINO MACHADO DE OLIVEIRA, ocorrido em 16 de maio de 1991, no município de Jardim Alegre - PR.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a:

- INGRID H. DE OLIVEIRA (viúva) e familiares.

Casas Populares - Mutirão.

A/C da Prefeitura Municipal

86.860 - Jardim Alegre - PR

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações ao jornal GAZETA DO POVO, parabenizando-o pela Campanha dos "Royalties", dirigidos os cumprimentos ao Ilustríssimo Senhor Francisco Cunha Pereira Filho, extensivos a toda a sua Equipe.

O verdadeiro papel da imprensa, além de informar é também o de formar. A GAZETA DO POVO tem sido assim, pautando-se sobretudo na defesa dos interesses deste Estado, cujas teses paranistas de grande envergadura apontam sempre o caminho de um horizonte de prosperidade e de harmonia sociais.

Os resultados que este Território começa a receber pelo pagamento de "Royalties" é o mais elevado reconhecimento do esforço e trabalho incansáveis da sua gente, que jamais se negaram a produzir riquezas para o Brasil, especialmente através da agricultura, a nossa maior base de desenvolvimento.

A luta encetada pela Gazeta, mais que um importante marco histórico, é uma lição para todos, à medida em que, diante de uma luta maior em favor do Paraná, cada qual deve se destituir de interesses político-ideológicos ou pessoais, para se somar a um esforço comum.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando colocamos em curso o Bloco Municipal, a luta do "Royalties" ocupa um papel preponderante para o Governo do Estado como um todo, e também às cidades paranaenses, que finalmente, passam a ser reconhecidas em seus direitos. Não há dúvida que, guiados por esse

Curitiba, segunda, em 20.05.91

insofismável exemplo, a luta municipalista - fortalecendo-os e dando a independência e autonomia que legitimamente devem ter - contará com a GAZETA DO POVO, pelo compromisso em favor do progresso.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1114

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo votos de congratulações a Toleb Baleche Barbosa, Raimundo Nonato Siqueira, Paulo Ernesto Araújo Cunha, Luís Fernando V. Artigas, Adauto Abreu de Oliveira, Ézio Vicente da Silva, João Ricardo Kepes Noronha, Newton Tadeu Rocha e Noely Manfredini D'Almeida.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Os nomes citados estão intimamente relacionados com a segurança pública no Estado do Paraná, razão pela qual estão abalizados para tecer as considerações a respeito dos temas abordados no livro NOVE ARMAS PARA A POLÍCIA, lançado no dia 24 de abril próximo passado, nesta Capital.

O trabalho resultou da pesquisa e análise científica, metodológica da rotina e do trabalho na Polícia Civil do Paraná, por parte dos autores.

Recebam, portanto, os VOTOS DE CONGRATULAÇÕES do Poder Legislativo pela publicação desse trabalho em prol da melhoria da Polícia Civil do Paraná.

Que do teor do presente dê-se ciência aos homenageados.

REQUERIMENTO N° 1118

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ pelo ajuizamento da primeira Ação Cível Pública Coletiva.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No último dia 26 de abril, o Ministério Público do Paraná ajuizou Ação Cível Pública Coletiva, contra a MONTEPAR - Sociedade Nacional de Previdência Privada, que fraudou contratos de pecúlios e aposentadorias de cerca de três mil associados. Para isso, o Ministério fundamentou-se em duas leis e no Código do Consumidor e pretende restabelecer aos contribuintes o seu direito de ter uma pensão vitalícia

conforme estipulado nos seus contratos.

Casos semelhantes, de entidades como CAPEMI, Coroa Brastel, Sul-Brasileiro, há muito vêm ocorrendo em nosso País, constituindo-se em "estelionatos oficializados", conforme palavras do Promotor Especial de Defesa do Consumidor de Curitiba.

É inegável que a medida em questão abre um precedente de esperança àqueles em igual situação aos contribuintes da MONTEPAR.

Esta ação vem confirmar o compromisso de justiça do Ministério Público paranaense, sempre em defesa dos direitos, garantias e integridades dos interesses coletivos.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor Procurador Dr. Luiz Chemim Guimarães, Promotor Dr. Cleiton Camargo e Governador do Estado.

REQUERIMENTO N° 1103

Senhor Presidente.

O Deputado RENATO ADUR, que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER a Vossa Excelência, após consultado este douto Plenário, que seja concedido um voto de louvor à Direção do Hospital de Clínicas do Paraná, na pessoa do Doutor OSMAR MARTINS, Digníssimo Diretor Geral daquela instituição, extensivo a todo o corpo médico e funcional, diante do reconhecimento e de ser citado, pelo Ministério da Saúde como modelo-padrão de limpeza e, em consequência, pelo baixo índice de ocorrência de infecção hospitalar.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

É dado estatístico alarmante na comunidade médica-hospitalar, a ocorrência e a exacerbação de casos clínicos em decorrência da má qualidade dos serviços de limpeza, quer do aparelhamento técnico quanto das condições ambientais.

Não é surpresa, neste sentido, o desvelo e a preocupação permanente do Hospital das Clínicas do Paraná a esse importante item. Tanto que o Ministério da Saúde, por suas autoridades, classificou-o na semana passada, como modelo-padrão do País, decorrente do baixo índice de incidência desse caso, um contumaz algoz de vítimas fatais.

REQUERIMENTO N° 1109

Senhor Presidente.

O Deputado RENATO ADUR, que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER a Vossa Excelência, após consultado este douto Plenário, que seja concedido um voto de louvor ao Major HONÓRIO BORTOLINI, Digníssimo Diretor do Colégio da Polícia Militar do Paraná, se-

diado nesta Capital, pelo trabalho realizado naquela instituição, que a distingue, hoje, por seu elevado padrão educacional, uma das escolas mais conceituadas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Desde que o homenageado, Major HONÓRIO BORTOLINI, foi designado Diretor do Colégio da Polícia Militar do Paraná, sediado nesta Capital, em 1990, a instituição experimentou, sob a sua experiência, discernimento e liderança, perspectiva de elevação do seu padrão educacional, pela aplicação de novos métodos e a modernidade do aparelhamento que disponibilizou ao corpo docente, responsáveis por alçar aquela instituição, ao grau de um dos mais conceituados no nosso Estado.

A par de nossas homenagens, sirva este voto para estimular o Major HONÓRIO BORTOLINI a perseguir outras conquistas que engrandecem, ainda mais a missão formadora e o teor dos conhecimentos transmitidos aos alunos daquela escola.

REQUERIMENTO N° 1107

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, em atribuição conferida pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o egrégio Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, Stenio Sales Jacob, solicitando informações claras e precisas sobre o motivo que leva a referida Sociedade de Economia Mista a cobrar taxas de abastecimento de água, 100% (cem por cento) superior nos estabelecimentos comerciais, em detrimento das taxas residenciais.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros estabelecimentos comerciais paranaenses, ao entrar em contato com a SANEPAR, não lograram êxito em obter respostas precisas acerca da diferenciação dos valores cobrados pela Companhia. Os comerciantes pagam exatamente o dobro do valor da taxa de abastecimento de água em relação à residencial. A primeira vista, não nos parece lógica ou justa tal diferença. Neste sentido, pretendemos obter maiores informações para futuros questionamentos.

REQUERIMENTO N° 1112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, mui digno Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja viabi-

lizado recursos financeiros e/ou materiais para a conclusão e aquisição de equipamentos para o S.O.S. - Albergue do município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, a comunicação aos Senhores Alexandre Ceranto, Prefeito Municipal de Umuarama; Geraldo Scapin, Secretário Municipal do Bem Estar Social; Paulo Castelani, Presidente do S.O.S. (Rua Doutor Camargo, 5214-Umuarama) Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O empreendimento é realmente necessário, considerando a realidade vivenciada pela população do município. Há um fluxo constante migratório de população vizinha, mormente das mais carentes, desprovidas de recursos, as quais são enviadas para Umuarama para tratamento de saúde, a procura de trabalho, em processo de aposentadoria e, também os itinerantes que freqüentemente estão em trânsito no município.

Umuarama hoje, constitui-se em um polo da microrregião 11, com uma população estimada em 120 mil habitantes, centralizando os recursos a nível de saúde (rede hospitalar, INPS, INSS, farmácias), do comércio, da educação, agricultura, entre outros; centralizando também o fluxo da população dependente destes serviços.

Em 1972, criou-se o serviço de albergaria para atender as necessidades da região, somando-se a esta a do próprio município, que pela sua extensão, cerca de 323,02 ha, com 07 Distritos Administrativos e 05 povoados. A população que usufrui desse serviço é aquela que busca basicamente os serviços de saúde.

Durante 18 (dezoito) anos de existência, o S.O.S. funcionou com instalações cedidas, totalmente inadequadas para este tipo de atendimento. Os projetos para a construção nunca puderam ser executados pelo alto custo dos mesmos, isto é, a inexistência de recursos financeiros, visto que a comunidade consegue apenas obter a manutenção dos trabalhos.

A entidade atua a nível regional, recebendo diariamente pessoas de mais de 15 municípios diferentes, de outras microrregiões e até de outros Estados e do vizinho País, o Paraguai.

Durante o ano de 1990, atendeu-se a 6.451 pernoites, 12.092 refeições e 11.709 cafés. Encaminhou 977 pessoas para o INPS; 759 para tratamento de saúde; 221 aos hospitais; 980 para atendimento na área do Bem Estar Social. Forneceu naquela ano, segundo as estatísticas da entidade, 613 pares de sapato; 1282 roupas e incontáveis com cotas de cestas básicas, remédios, documentação pessoal, etc.

Os dados evidenciam a necessidade de uma estrutura adequada para o desenvolvi-

Curitiba, segunda, em 20.05.91

mento de programas amplos, que visem bem atender a população marginalizada, com individualidade que requer um atendimento à pessoa deficiente, nutrízes, crianças, idosos, pessoas doentes, portadores de doenças infecto-contagiosas, etc.

REQUERIMENTO N° 1113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à SECRETARIA DE TRANSPORTES, no sentido de solicitar a pavimentação asfáltica na estrada que liga PALMERINHA-CAMPINA DO SIMÃO até SANTA MARIA DO OESTE, na região de GUARAPUAVA.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação deve-se a antiga e justa reivindicação dos produtores daquela região, por se tratar de estrada com grande movimento para escoamento da produção agrícola local.

Saliente-se ainda, a expectativa dos habitantes daquelas localidades, eis que tal pavimentação asfáltica, segundo a própria SECRETARIA DOS TRANSPORTES, já estava incluída na Programação de Obras de 1990, tendo sido, sem explicações, excluída da programação do corrente ano de 1991.

REQUERIMENTO N° 1115

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público no Conjunto Residencial Santa Cândida II, nesta Capital, conforme croqui anexo.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Por outra ocasião o Poder Legislativo já enviou solicitação à TELEPAR, neste mesmo sentido. Entretanto, a carência de dados impediu a localização do ponto para instalação do aparelho, razão pela qual encaminhamos este novo expediente.

Cumpra reafirmar a importância do serviço em questão para a população residente no local objeto da solicitação, por se tratar de pessoas carentes, sem recursos que possibilitem a compra de uma assinatura junto à TELEPAR.

Em ocasiões de emergência - todos sabemos - a comunicação telefônica exerce um peso preponderante e chega mesmo a determinar o sucesso de uma operação da rádio patrulha, corpo de bombeiros e ambulâncias.

Que do teor do presente dê-se ciência ao representante dos moradores, no endereço anexo.

REQUERIMENTO N° 1120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos e, sendo possível, a realização da obra de calçamento com pedras irregulares do trecho Rodovia Verê-Francisco Beltrão, passando pela comunidade Linha Bellé, Barra do Cerne, Linha Pilonetto, Barra do Marrecas, conectando com a Rodovia Verê-Itapejara D'Oeste.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Toda região referida no presente requerimento, tem sua economia baseada na agricultura. O trecho tem aproximadamente 15 quilômetros e o calçamento ajudará no escoamento das safras, afetadas principalmente com as chuvas. A obra, com pedras irregulares, como solicitado, é uma maneira econômica de solucionar o problema.

A Câmara Municipal de Verê manifestou-se pela importância da obra em questão, aprovando requerimento do ilustre Vereador Léo Luiz Ceccon.

REQUERIMENTO N° 1121

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, MOÇÃO DE APOIO À GREVE GERAL, convocada para os dias 22 e 23 de maio de 1991, pelas Centrais Sindicais, Movimento Popular e Movimento Estudantil.

A Greve Geral é um protesto legítimo contra o arrocho, o desemprego e a miséria agravadas pela política econômica do Governo Collor, cuja continuidade não sofrerá solução pelo novo Ministro da economia e sua equipe, conforme anunciam.

Além disso, o desmantelamento dos serviços públicos implementados por conta da proposta de privatização, deixa os "descaimizados" a cada dia que passa com menos alternativas para sua sobrevivência. É o pão nosso de cada dia que está comprometido, não apenas a camisa.

"...Os trabalhadores, de todas as categorias, das cidades e do campo, já não suportam mais as privações e a violência que estão padecendo". A Greve Geral de advertência política é portanto, um alerta para aqueles que são responsáveis pelas políticas perniciosas que vêm sendo implementadas nos últimos anos, que têm deixado

à margem da sociedade milhões de pessoas na mais absoluta miséria.

A moção de apoio aqui requerida, resgata à esta Casa o sentimento de solidariedade com a grande maioria do povo deste País, especialmente do Paraná, que sofrem tais consequências.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

Apoiamento: Paulo Maia

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 192/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAPURÁ, com sede e foro à Rua Tiradentes, 46, no município de Japurá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", tem a finalidade de oferecer tratamento, orientação e promover a habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional mental, auditivo, visual, físico e motor na comunidade.

Trabalhar, assistir o deficiente, é tarefa árdua e desgastante, sobretudo por que a Associação é assistencial e não visa fins lucrativos. Esta é a razão por que proponho seja a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" reconhecida como de Utilidade Pública, para o que apelo ao douto Plenário, a fim de que empreste o seu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Doutor Rosinha.

(Declina).

Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, servidores desta Casa, imprensa falada e escrita.

Estatui a nossa Constituição Federal atual, no seu artigo 1°, que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal constituindo-se em Estado Democrático de Direito e tendo como fundamento a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do

trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Em boa hora portanto, a nossa Constituição essencialmente popular, inclui, no artigo 1º do seu texto Constitucional, o município Brasileiro como ente integrativo da estruturação do Estado democrático de direito dentro da federação brasileira.

Sonho de tantos municipalistas, desde um insigne Victor Nunes Leal, na Suprema Corte de Justiça e como publicista do direito brasileiro.

Helly Lopes Meirelles, Dalmo Dallari, e tantos e tantos outros constitucionalistas brasileiros que enxergavam, que viam no Município a palpitação da vida comunitária, da reunião de famílias com os mesmos ideais, com os mesmos propósitos, dentro de um núcleo municipalista, visando o engrandecimento de um Estado membro e de toda a Nação brasileira.

Em boa hora também, aqui nesta Casa, se enseja e se propicia a grande oportunidade da criação do Bloco Parlamentar Municipalista. Justamente para funcionar como instrumento mais operoso, para que todos os Senhores Parlamentares, possam viver com a experiência de tantos e tantos ex-Prefeitos, Vice-Prefeitos Municipais, Vereadores que comungaram desses mesmos propósitos de valorização dos ideais municipalistas.

Em boa hora portanto, amanhã, se instaurará sob o signo do Municipalismo aqui também na Assembléia Legislativa, um novo tempo para as células Municipais.

No mundo de hoje, quando o maior historiador Arnold Toynbee, a história como a resposta aos desafios do homem e da sociedade que se levantam pela adversidade. É no município brasileiro que as distâncias se aproximam, se diminuem e se extinguem, não há necessidade da formação da aldeia global de Marschal, Mac Luhan, porque no município isso já existe, porque todos os munícipes comungam dos mesmos ideais, dos mesmos propósitos, da mesma família comunitária local, visando o auxílio mútuo e ideal solidarista e cooperativo.

Os nossos aplausos, portanto, a tantos quantos irão integrar este Bloco, em defesa das tradições mais caras do municipalismo brasileiro.

Queremos enfatizar, também, que foi o Paraná o pioneiro na inclusão do município como ente federativo, porque foi daqui do Paraná, através da Associação dos Municípios Paranaenses que se sugeriu aos constitucionalistas e aos constituintes de 1988, a inclusão no artigo 1º da nossa Carta Magna, do município também como ente federativo.

E, hoje, nós jubilosos, podemos exaltar nesta Constituição Popular, ainda cheia de falhas, ainda necessitando de muitas complementações, de muitas leis

Curitiba, segunda, em 20.05.91

complementares, por iniciativa do Executivo Federal e também, por que não, por iniciativa do Congresso Nacional.

Nós queremos dizer que estamos confiantes, porque somente com a valorização dos municípios brasileiros nós poderemos ser a caixa de ressonância de todas as aspirações, de todos os sentimentos, de todos os reclamos mais caros da nossa gente, tão sofrida, no interior desses "Brasis".

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares: ficam aqui os nossos aplausos, o nosso desejo, de que este exemplo da criação do Bloco Parlamentar Municipalista frutifique, para melhores dias à causa do Parlamento Estadual e à causa do Parlamento Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia 27 de setembro de 1989, firmaram um convênio a FUNDEPAR, DECON e o município de Francisco Beltrão, através do diretor superintendente da FUNDEPAR, Délcio José Trentin, na época; diretor geral do DECON, engenheiro Martin Raeder; e o Prefeito de Francisco Beltrão, Nelson Melder.

A finalidade do referido convênio era a aplicação de recursos financeiros na ampliação da Escola Reinaldo Sás, ampliação de 1104 metros quadrados de construção. O município de Francisco Beltrão, optando no contrato pela adjudicação da obra a terceiros, no regime de empreitada global, a obra teria o prazo de até 30.07.90 para a conclusão da referida ampliação.

Esta ampliação beneficiaria os estudantes de 2º grau, que num bairro muito populoso da cidade de Francisco Beltrão, numa região populosa da Cidade que abrange quatro a cinco bairros, beneficiaria os estudantes de 2º grau.

A empresa construtora chama-se Companhia Construtora Paranaense de Obras, de Cascavel, C.C.P.O.

Constatações feitas pelas associações de moradores destes bairros envolvidos, nesta construção da referida escola.

Deve-se lembrar que até hoje a referida escola tem paralisada a sua construção, com apenas vinte e sete vírgula qualquer coisa da sua construção edificada.

Os moradores dos bairros a que pertence esta construção e que seriam beneficiados por isso, preocupados com a interrupção da construção da escola e vendo seus filhos com dificuldades para o estudo, começaram a se envolver no problema. A par-

tir de uma comissão formada pelas associações de bairros, chegou-se às seguintes conclusões, que eu passo a relatar:

Conclusões assinadas por várias associações de bairros, de Francisco Beltrão:

1) O contrato foi firmado em 30/10/90, digo, 20 de janeiro de 1990.

2) O edital de licitação foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, não obedecendo os prazos legais, conforme Legislação Federal de Decreto-Lei n° 2.300, de 21/11/85, cujo prazo de publicação deverá ser de 15 dias de intervalo, houve apenas 9 dias, no referido caso.

3) Que foi preterida a publicação do "Jornal de Beltrão", órgão oficial do Município de Francisco Beltrão, no qual são publicados todos os atos da administração municipal, que apesar de ter sido publicado no "Diário Oficial do Estado", aqui em Curitiba, dificultou o conhecimento das empresas do município em participar da concorrência.

4) Que participou da concorrência apenas uma construtora, não permitindo a equiparação de preço.

5) Que o preço, por metro quadrado contratado, foi superior aos preços praticados em mercado, além do saldo devedor ser reajustado retroativamente a dezembro de 89.

6) Que o município repassou à empresa contratada parcelas que atualizadas o valor em 31 de janeiro de 91, resultariam em Cr\$ 14.018.620,00.

7) Que os valores liberados para a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão atualizados em 31/01/91, foram da ordem de Cr\$ 15.940.062,90, conforme informação do DECON a empreiteira executou menos que 28% da obra.

8) Que a obra deveria ser entregue à comunidade em 30/07/90, encontra-se paralisada desde a 2ª quinzena de novembro.

Senhor Presidente, eu solicito o Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores para poder concluir.

Paralisada desde a 2ª quinzena de 90, de novembro, e a Prefeitura não executou a cláusula 4ª do mandato que obrigaria a empresa a concluir a obra num prazo determinado.

Pelos dados levantados a Comissão da Associação de Moradores dos bairros, Alvorada, Marrecas, São Miguel, constatou falhas administrativas na contratação da empresa, causando transtornos na execução da obra, grandes prejuízos ao Estado e ao Município e sérios prejuízos aos alunos dos bairros. Alvorada, Marrecas, São Miguel, Nossa Senhora Aparecida, Cristo Rei e Centro.

Constatamos ainda que os preços do contrato exorbitaram os valores praticados no mercado e que não justifica tal contra-

to por não condizer com a realidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A partir destes dados, dos questionamentos levantados pelas Associações de Bairros à Prefeitura e à comunidade, a Prefeitura, através de seu Prefeito nomeou uma Comissão para averiguar os fatos denunciados pelas Associações de Moradores. A Comissão composta por dois engenheiros, sendo eles Wolney Guedin e Itamar Montenezo, e dois Vereadores de Francisco Beltrão, Euclides Spessato e Mateus Ferreira Leite, algumas constatações, também do Relatório, feito "in loco", pelos engenheiros e pelos Vereadores:

1) Que o valor da obra é de Cr\$ 7.728.570,00, para uma área construída de 1289,48 metros quadrados, importando o preço por metro quadrado de Cr\$ 5.760,00. E constata ainda a Comissão formada pelo Senhor Prefeito Municipal de que o levantamento feito, adotando fontes do Sindicato das Indústrias da Construção Civil, o custo unitário básico, do metro quadrado, em janeiro de 90 era de Cr\$ 4.108,19, por metro. Constatado aqui no relato, pela Comissão, de que o custo pelo contrato estaria, aproximadamente 40% mais caro do que o preço de mercado na época. Isto trouxe ainda mais preocupações aos moradores daqueles bairros de Francisco Beltrão, que vendo os seus filhos sendo prejudicados por não poderem estudar resolveram tomar medidas de encaminhamentos para este problema grave para a cidade de Francisco Beltrão.

A atual escola do bairro funciona com quatro períodos, começando das sete horas às dez da manhã um turno de aula; das dez às treze horas outro turno; das treze às dezesseis outro turno; e das dezesseis às dezenove outro turno, para poder comportar mais de três mil famílias que têm filhos para estudar nesses bairros. E vendo a sua escola iniciada e paralisada, constatada também pela comissão nomeada pela Prefeitura que a obra está totalmente paralisada, a comissão das associações de bairro resolveu tomar algumas medidas, e eu tive a oportunidade de acompanhá-los no último final de semana até ao ouvidor geral do Estado, levando o seu relatório das investigações e pedindo providências do fato. Encaminhamos também pelo ouvidor ao Presidente da FUNDEPAR, esteve também a comissão da associação de moradores na presidência da FUNDEPAR, onde fomos recebidos pelo Doutor Maurício Requião, que tomando conhecimento do fato, chamando a sua assessoria, não conseguiu entender a realidade do problema pelos documentos e contratos tidos em sua posse naquele dia e prometendo nos dar uma resposta após um estudo minucioso, e também nos dizendo que estaria encaminhando a partir das denún-

cias do relatório das comissões da associação de bairro, ao Tribunal de Contas, quando, segundo as denúncias aqui no relatório, também dá uma séria desconfiança. A comunidade traz, o relatório traz isto em função de que apenas uma empresa participou da concorrência da construção deste colégio. E tivemos o conhecimento também no último final de semana de que o proprietário da referida empresa, única que concorreu para a construção do colégio, é o ex-Superintendente, ou ex-Presidente da FUNDEPAR, Senhor Delso Trentin, o Presidente da FUNDEPAR, sócio e empresário da empresa única que concorre à licitação e ganha a concorrência. E se percebe também a publicação do edital de concorrência no Diário Oficial do Estado, quando todos os atos da Prefeitura são publicados no jornal da cidade. Várias destas constatações trouxe a desconfiança e a necessidade de as associações de bairro, tendo visto o seu prejuízo, o prejuízo de seus filhos, dos filhos dos moradores desses bairros, se dirigir também até o Tribunal de Contas, onde estarão encaminhando cópia do relatório e também um ofício, solicitando a apuração dos fatos denunciados e constatados pelas associações de bairro e pela comissão nomeada pela Prefeitura Municipal.

Fatos como este trazem um questionamento quanto à seriedade das pessoas que administravam a FUNDEPAR no Governo passado, e que - tomara seja publicado, seja tirado a limpo estas dúvidas e sejam punidos os responsáveis - porque segundo o relatório constatado até aqui, inúmeras irregularidades administrativas, e até entendido aqui, falcaturas estão imbutidas na construção deste colégio na cidade de Francisco Beltrão.

Na medida das informações corretas que obtivermos, teremos a oportunidade de relatar a apuração desses fatos, que para nós, ouvindo o relato dos presidentes de três associações de bairros daquela cidade, é lamentável, é preocupante um fato como este, quando a escola deveria estar pronta há aproximadamente um ano, se encontra abandonada completamente pela Prefeitura, pela FUNDEPAR e o DECOM, que é o órgão que estaria administrando este convênio.

É lamentável termos que ouvir das pessoas, da comunidade, ter que se preocupar em chegar às autoridades, para resolver um problema gravíssimo da educação, que não é só esse, é um problema educacional do Paraná e do País todo, e as autoridades competentes não em preocupam em tomar medidas para que um fato como este seja solucionado, e o dinheiro público do Estado, do município, do povo, está lá, jogado no tempo, sem se ter solução para um problema sério como este.

Curitiba, segunda, em 20.05.91

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos a obrigação de mostrar a realidade no momento de desvendado este mistério, entre aspas, desta construção de um colégio em Francisco Beltrão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra, o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Tenho a grata satisfação de vir a esta tribuna para dizer que hoje, na parte da manhã, estivemos com o Líder da Bancada do partido do PMDB, Deputado Orlando Pessuti, na cidade de Almirante Tamandaré, na qual demos a abertura oficial da Campanha Estadual de Vacinação contra o Sarampo. Essa vacinação vai abranger todos os municípios do Paraná, e venho aqui agradecer os representantes do Ministério Público, e os representantes da Secretaria e do Ministério da Saúde, que enviaram 500 mil doses de vacina e 500 mil aparelhos para a vacinação. Esses aparelhos são de necessidade básica para a manutenção e prevenção contra o sarampo no Estado. Necessitamos de mais medicamentos, necessitamos de outros tipos de vacinas, mas, eu tenho certeza que com o Secretário Nisan, Secretário Estadual da Saúde do Estado do Paraná, sabremos como controlar, transformar e ampliar o atendimento da Secretaria Estadual de Saúde.

Fomos junto com o Prefeito Roberto Perussi, Prefeito de Almirante Tamandaré, junto com as autoridades locais, junto com o Delegado local, que controlou a quantidade de pessoas que queriam a vacinação imediata, - e peço a todos os Deputados que têm contatos com autoridades de outras Prefeituras, que ajudem nessa vacinação, que será de 20 a 24 desse mês, tentando mobilizar todas as pessoas que necessitam de tal vacinação e de outros tipos, que também estão compondo esse sistema de vacinação.

Agradecemos ao Secretário Nisan pela competência do atendimento básico e imediato ao nosso pedido, da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré e de todas as Prefeituras que estão acolhendo aos pedidos do Secretário, aos Deputados que estão auxiliando, comunicando aos Prefeitos para trazer as pessoas do interior do Estado, pessoas que não têm como trazer seus filhos, crianças de 09 meses a 14 anos para essa vacinação imediata.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra, o Deputado Dalton Machuca.

O SR. DALTON MACHUCA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Dois motivos me trazem hoje a ocupar a tribuna esta tarde.

Eu vim, em primeiro lugar, para parabenizar o trabalho desenvolvido pela "Gazeta do Povo". E no domingo, eu me deparei com um outro artigo que me trouxe, então, aqui para falar de um assunto extremamente importante, que é a matéria publicada na "Folha de São Paulo" do último domingo, sobre os incentivos fiscais que estão sendo concedidos para atrair empresas em Estados a volta aqui do Paraná.

Especificamente, eu vou falar de quatro Estados: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. São Paulo está concedendo isenção de ICMS para todos os insumos básicos na instalação de novas empresas; Minas Gerais oferece financiamento de até 60% de parcelas do ICMS para pagar em até cinco anos; Santa Catarina está com um projeto de isenção de pagamento de ICMS para empresas produtoras de "software"; e o Rio Grande do Sul, no próximo dia 27, deve anunciar a redução do recolhimento de ICMS e a destinação de lotes urbanizados para empresas que lá se instalem.

Infelizmente, na mesma página do mesmo jornal, sai uma matéria onde cita: "Na semana passada, o Governo Estadual acaba com o Programa de Estímulo ao Investimento Produtivo". O Poder Executivo, naturalmente, teve os seus motivos para acabar com este programa, mas eu quero levantar aqui algumas questões: o PIB do Estado, no ano de 1990, caiu 6,5%, enquanto o PIB brasileiro caiu 4,6%; a renda "per capita" do Estado do Paraná, no ano de 1990, ficou em Cr\$ 234.500,00, contra Cr\$ 236.008,00 no Brasil, ou seja, o Paraná passa a ter uma renda "per capita", a partir de 1990, menor do que a média do Brasil. E a nossa taxa de crescimento populacional é 1,8% contra 2,2% do Brasil.

Então, mais do que nunca, o Estado do Paraná tem que estabelecer um programa visando incentivos à instalação de novas empresas no Estado.

Eu venho, então, fazer um apelo ao Governador Roberto Requião e aos Deputados que estão alinhados politicamente ao Poder Executivo Estadual para que, o mais urgentemente possível, o PROIN, que acabou semana passada, seja substituída por um projeto, por um plano que estimule, urgentemente, a instalação de novas empresas aqui no Paraná.

Bem, o assunto extremamente importante que eu vim aqui na realidade falar, é sobre a matéria que saiu, também no domingo, no jornal "Gazeta do Povo": "Royalties, em 18 dias - Paraná se habilita a receber setecentos milhões". Esta campanha

foi uma campanha iniciada há alguns anos atrás, inicialmente considerada uma idéia utópica pela grande parcela de políticos, empresários e do Estado, por se tratar de uma campanha que visava ressarcir uma proposta que acabou se transformando na proposta de energia a custo zero; ela passou pela Constituinte e foi transformada em Lei, e agora, na prática, nós vemos que o Estado acumula, desde janeiro, quatro bilhões de cruzeiros em "royalties" destinados a este programa.

Aqui na Assembléia tem um projeto para regulamentar a aplicação destes recursos em regime de urgência, que eu espero que as nossas comissões e os nossos colegas Deputados agilizem esse processo para que nós possamos trazer, aí sim, a todos os municípios atendidos e principalmente ao Estado esses recursos que o Estado tanto precisa.

De parabéns estão, então, a "Gazeta do Povo", que muito bem soube apresentar e conduzir essa campanha, ao seu Diretor Francisco Cunha Pereira Filho, que foi o autor intelectual da idéia e a pessoa que mais trabalhou em cima disso e, principalmente, de parabéns o Paraná, que soube se unir sem cores partidárias para fazer aprovar essa legislação sobre "royalties".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Nós tivemos a oportunidade, nos últimos dias, de ouvir uma série de pronunciamentos sobre o Bloco Parlamentar Municipalista, que se instalará no dia de amanhã.

Nós queremos aproveitar este momento para reforçar o convite a todos os Deputados que estão aderindo à formação desse Bloco, para amanhã, às 09:30 horas, no Plenarinho desta Casa, participarem da instalação oficial do Bloco.

Nós queremos que todos tenham a certeza que o objetivo deste Bloco Municipalista é formar aqui na casa do povo do Paraná, casa dos Deputados Estaduais, um fórum permanente de debates, de questionamentos, para fortalecer os municípios.

Eu, pessoalmente, tive a oportunidade de ser Prefeito de um Município, Município de Toledo, por seis anos, e pude provar e sentir que é no município que se resolvem os problemas; e a experiência que tive, juntamente com tantos outros colegas que aqui estão hoje, irá colaborar para que a soma destas experiências possa ajudar a discutir com os atuais Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, soluções práticas em defesa e em apoio aos municípios

do Paraná.

Nós queríamos aproveitar esta oportunidade, para dizer que o Bloco Parlamentar Municipalista é um bloco suprapartidário, não há distinção de partidos e todos os nossos colegas Deputados estão convidados a, espontaneamente participar e colaborar na discussão dos problemas que serão levantados.

Além de suprapartidário, será aberto e democrático, nós queremos que não haja dono ou donos do bloco, mas que todos os participantes sejam co-responsáveis na discussão, no debate e na solução dos problemas.

Queremos também aproveitar, para convidar toda a imprensa para estar presente e prestigiar este evento, e nós queremos que, após a instalação, possamos definir um calendário de dias, onde o Bloco poderá se reunir e receber Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais e autoridades estaduais, para juntos, e mais profundamente, discutirmos os problemas que interessam a todos os municípios do Paraná.

Reforço aqui o convite e tenho certeza de que, com a participação de cada um, com a soma de experiências e com a vontade política de bem servir o povo do Paraná, através deste Bloco Parlamentar Municipalista, quem será fortalecido, será o Poder Legislativo do Paraná, isto nós temos certeza e vamos ver no dia-a-dia o que vai acontecer na prática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Ernani Pudell.
(Declina).

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na última sexta-feira, acompanhando uma delegação de Parlamentares desta Casa, a convite a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, nós fizemos uma visita à Usina de Segredo.

A comitiva era composta de vários Parlamentares de vários partidos. Foi realmente uma pena muito grande que toda a representação aqui desta Casa não estivesse presente àquela visita. Eu pessoalmente, não conhecia esta obra, a não ser através das informações do Governo e da própria imprensa. Sabia que se tratava de uma obra de maior relevância, e a maior obra física do Governo. Sabia também que esta obra gerou muita polêmica nestes últimos tempos, em razão de problemas havidos entre Governo e iniciativa privada.

Vários Parlamentares fizeram parte dessa comitiva. Estava presente o nosso líder, Deputado Orlando Pessuti; estava

Curitiba, segunda, em 20.05.91

presente, dentre outros, o Deputado Cezar Silvestri, representante de Guarapuava, Presidente da Comissão Técnica respectiva; Deputado Élio Rusch, de Marechal Cândido Rondon; meu colega de representação de Londrina, Engenheiro Heinz Herwig; presente também o Deputado Cleiton Kielse; Deputado Paulo Maia, representante de Ivaiporã, aquela grande cidade.

Realmente, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, foi uma visita muito proveitosa. Muitas vezes nós, Parlamentares, somos convidados a visitar determinada obra ou determinado empreendimento que o Governo realiza em consórcio com a iniciativa privada ou exclusivamente, e às vezes a gente não atribui a esse convite ou a essa visita, a importância real de que ela é investida. Essa visita é uma prova disso.

Parlamentares eleitos por diferentes partidos, com responsabilidade de ajudar a administrar, governar, administrar e fiscalizar este Estado, visitaram uma obra que está consumindo quase 1 bilhão de dólares, e é uma das obras de custo mais racionalizado que está se construindo neste País.

Para que os Senhores e Senhoras tenham uma idéia, a obra de Segredo está custando aos cofres do Governo do Estado em torno de 950 milhões de dólares, quase 1 bilhão de dólares. Representa pouco menos de 10% do que está custando Itaipu para os cofres da Nação brasileira.

A Usina de Segredo vai gerar 1 milhão e 260 quilowatts contra 12 milhões de quilowatts que gerará Itaipu.

Ela vai produzir 10% do que produz Itaipu e é menos 10% mais barata no que a Hidrelétrica de Itaipu.

A Hidrelétrica de Itaipu já está custando mais de vinte vezes o valor da Hidrelétrica de Segredo. A previsão da conclusão da obra é para setembro de 1992 e os recursos para aquisição das máquinas e equipamentos que esta obra está necessitando, o Governador Roberto Requião está tentando obter junto ao BNDES através de financiamento para que ela possa ser concluída dentro do cronograma físico estabelecido pela COPEL.

O Sr. Cleiton Crisóstomo - Eu me inscrevo para um aparte.

O SR. JOSÉ TAVARES - Na sequência, Deputado Cleiton Crisóstomo.

Uma outra coisa muito interessante Senhora e Senhores Parlamentares, que pudemos perceber nesta visita, é a alta capacidade técnica, a alta qualificação pessoal dos engenheiros e dos técnicos da COPEL. Realmente é um dado que nos enche de orgulho e nesse sentido eu quero apro-

veitar a oportunidade para parabenizar a COPEL, uma Empresa que, independente de quem está no Governo, é motivo de orgulho para todos nós paranaenses. Empresa que foi criada por um grande paranaense, o saudoso paranaense Governador Parigot de Souza. Ela é constituída de técnicos do maior nível, do maior gabarito e a maior prova da qualificação pessoal, técnica, dos funcionários da COPEL, é a forma como esta obra está sendo realizada.

Em razão de problemas havidos na fixação de custos entre a COPEL e uma das empresas que participou da concorrência, o Governo foi buscar a sua conclusão, já que ela teve os seus trabalhos iniciados em 1986, num consórcio de três empresas do Paraná e é só vendo, Senhora e Senhores Deputados, é só vendo a obra para acreditar no que estamos aqui a dizer. É uma obra gigantesca em termos de movimentação, de pessoal, em termos de obra física. E é quase inacreditável que nós aqui do Paraná, nós aqui do Brasil, pudéssemos construir uma obra com a qualificação como se constrói Segredo. Não há nada de tecnologia estrangeira. Cem por cento de tecnologia nacional e o que mais nos contagia é a forma como o Governo do Estado, sobretudo na gestão do Governador Álvaro Dias, esta obra foi contratada. Todos acompanharam a polêmica que se gerou em torno desta obra. O Governo está concluindo esta obra nesta segunda etapa, por um valor de mais ou menos cento e setenta milhões de dólares e a grande briga entre o Governo do Estado e uma das empreiteiras, foi exatamente porque esta empreiteira queria que o Governo contratasse esta segunda etapa a um custo de cem milhões de dólares a mais do que ela está sendo construída.

Portanto, para nós, Deputados, foi proveitosa a visita, foi de grande valia e eu disse no começo, eu que não conhecia a Usina de Segredo e sequer tinha tido o privilégio de conhecer aquela região, me senti gratificado, valorizado como paranaense, em ver de que maneira se constrói uma obra da importância daquela, economizando o dinheiro do imposto pago pelo povo do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Cleiton Crisóstomo, que esteve conosco participando daquela visita.

O Sr. Cleiton Crisóstomo - Deputado José Tavares, só para completar. Além das vantagens que Salto Segredo traz a este Estado, houve a preocupação na parte de ecologia e meio ambiente na hora do projeto a Salto Segredo. Salto Segredo, além da potência, do pequeno custo e de todas as vantagens que vai trazer a este Estado, traz apenas oitenta e quatro quilômetros quadrados de alagamento, no leito do Rio

Iguaçu, o qual oferece a possibilidade de transformar terras devolutas, terras improdutivas, terras de montes arenosos numa área alagada de pequeno custo ao Estado, na qual será aproveitada no fortalecimento da energia elétrica do Estado.

Quero parabenizar os engenheiros que se preocuparam com a parte ecológica, que não irá afetar, como afetam as outras Unidades, sem a preocupação com o meio ambiente.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. Paulo Maia - Um aparte, nobre Deputado Tavares?

O SR. JOSÉ TAVARES - Concedo em seguida, nobre Deputado Paulo Maia. Apenas para cumprimentar o Deputado Cleiton Crisóstomo que foi muito feliz ao lembrar, já que ele é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia, o cuidado, o zelo da COPEL para com a questão ambiental. Vossa Excelência foi muito feliz ao lembrar a esta Casa, desta particularidade, sobretudo agora em que o Brasil e o mundo se voltam de maneira determinada a preservar a nossa natureza e o nosso meio ambiente. É realmente um aspecto que deve ser enaltecido, a forma como o Governo do Paraná constrói uma obra daquele porte e o zelo e a preocupação em preservar o meio ambiente.

Concedo aparte ao nobre Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Nobre Parlamentar José Tavares.

De fato é algo impressionante o que a gente viu ao visitar a construção da Usina de Segredo e um dado que nos deixou bastante atento, é o que Vossa Excelência inclusive coloca, quando esta obra que representa a 10.ª parte de Itaipu, custa quase vinte vezes menos do que Itaipu e nós pudemos ver ali, algo impressionante como a topografia daquela região e algo que é enobrecedor para o Estado do Paraná, a presença da engenharia paranaense em todos os momentos daquela magnífica obra de fato. É algo que deixa os paranaenses bastante felizes e admirados com a capacidade que se tem neste Estado de uma engenharia moderna, sem necessidade de recorrermos a recursos de outros Estados.

O Paraná dá um grande exemplo da construção da Usina de Segredo e nós temos certeza, será de grande valia para o Paraná, com todos os impasses, nos foi confirmado pelos trabalhadores daquela construção, que a obra deve ser entregue dentro do prazo previsto. Algo também que é digno de se enaltecer, é a receptividade com que fomos recebidos desde a saída até a obra em si, pelos funcionários que executam

aqueles trabalhos, dos engenheiros aos funcionários mais humildes. Eu acho que é algo que deixa o Paraná feliz e queira Deus, outros exemplos o Paraná possa ter da valorização da topografia, da preocupação com o meio ambiente e da valorização, especialmente, da engenharia paranaense. Eu acho que isso seja algo fundamental. Por isso, creio que uma nova oportunidade em que todos possam ir visitar aquela obra ainda em fase de execução, seria de suma importância para que pudéssemos até questionar as dúvidas que porventura existam com relação à execução de Salto Segredo.

Então, o que vimos em Salto Segredo - em oito Parlamentares - é algo que devia ser presenciado pelos cinquenta e quatro. Tenho certeza de que o que estamos passando aqui hoje deva despertar a curiosidade dos demais Parlamentares, para uma visita posterior, a esta obra magnífica no Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

O Sr. Antônio Costenaro - Um aparte, Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Cedo aparte ao Deputado Costenaro, que me havia pedido aparte anteriormente e depois ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Deputado Tavares, Vossa Excelência faz um relato, no dia de hoje, da visita que puderam fazer a esta grande obra do Paraná. Eu me lembro, neste momento, de quando, ao voltar, não como Deputado, mas como Vereador da minha cidade, de uma visita a Foz do Areia - uma grande obra do Paraná feita na época - e então fazia também o meu relato aos amigos Vereadores, e tivemos conhecimento da importância que tem o Paraná na produção de energia. É coisa extraordinária!

Naturalmente, que ontem, a carga deva ter voltado a todos vocês nesta visita também.

Quando tivemos conhecimento de que a COPEL tem o direito assegurado, garantido, que pode construir 17 hidrelétricas no rio Iguaçu, e que sabemos todas estas obras darão um custo muito baixo para a COPEL e, naturalmente, para o nosso Estado do Paraná. Agora felizmente realizando mais esta de Segredo, que logo estará pronta; os números indicam, sem dúvida nenhuma, a grande economia do Paraná e aí então nós somos chamados a atenção, os nobres Pares desta Casa. Às vezes, quando fazemos determinados pronunciamentos, damos a idéia de que somos apenas defensores dos empresários, das empresas grandes e fazem com que deixem dúvidas quanto à nos-

sa posição de homem que defendendo o trabalhador, o pobre que tem dificuldades e principalmente o homem do campo. Mas, sem dúvida nenhuma, com o pé naturalmente nas duas afirmações: produzir alimento através da agricultura que será o grande caminho para o desenvolvimento do Paraná; mas não temos dúvida de que o Paraná deve transformar com o nosso trabalho, com a nossa luta, e precisa de uma força muito grande do Governo do Estado para que o Paraná se transforme num grande Estado industrializado deste nosso País, disputando no futuro - claro, com a grandeza de São Paulo seria impossível - mas com os Estados menores, o Paraná que seja melhor que eles. Por quê? Porque o produto básico, que é a energia a custo possível, para que se possa tocar uma indústria, o Paraná tem com abundância muita energia. Esta é a nossa sorte, essa é a nossa alegria, a felicidade que temos na mão: a riqueza à disposição.

Então, será necessário sim, quando se fala em criar energia a baixo custo para o consumo de grandes indústrias, que consumam um volume monstruoso, para estimular a vinda de outros Estados. Isto é bastante possível dentro do Estado do Paraná. Por quê? Porque temos esta riqueza nas mãos. E aí sim poderemos transformar este Estado em um Estado muito rico, com a riqueza de Deus que temos nas mãos.

Essa é a minha visão. Eu acho que o Paraná não pode ser apenas o grande exportador de energia, como hoje estamos sendo, através da Itaipu, também das que vamos instalar ainda, porque os Estados pobres vão importar, mas aí nós estamos na verdade, importando riquezas, para que os outros transformem os seus países, os Estados em indústrias, em riquezas extraordinárias e nós, de repente, por descuido, vamos cometer este pecado.

Portanto, o meu convite, neste momento, não pude ir lá, mas sei... vocês sabem a importância dessa obra, mas nós também devemos saber, sem dúvida nenhuma, e sei que tem esta Casa a consciência da importância para o desenvolvimento do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Eu que agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo, em seguida, o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Falando na Usina de Segredo, quero fazer um relato aqui, porque eu tenho conhecimento da Usina Foz do Areia e um relato também acrescentando a esse manifesto desta Casa hoje, a forma com que está sendo tratado o meio ambiente e comparando como foi tratado o

meio ambiente na Usina Foz do Areia. Nos tempos da construção do Foz do Areia, não se fez ouvidos a ninguém e nesta Usina agora construída, estão sendo feitas reuniões constantes, estão ouvindo as comunidades. Mas o fato mais importante que ocorre nessa Usina ainda, isso nós temos que ressaltar, a qualidade dos técnicos que trabalham nesta Usina é a desapropriação, toda a desapropriação que é feita, não é justa, por mais bem que se pague, mas comparando-se com a Usina Foz do Areia, também construída aqui no nosso Estado, nem se compara, porque na Usina Foz do Areia, foram cometidas muitas aberrações, muitas injustiças e nessa Usina hoje, pelo menos está se fazendo uma coisa mais correta e mais digna daquela população que as suas áreas estão sendo inundadas.

Eu acho que o momento de nós Parlamentares tem que ser acrescentado e até enviar um voto de louvor aos técnicos que tratam do meio ambiente e das desapropriações, que estão sendo feitos de uma maneira bem diferente porque eu era Prefeito no tempo da Usina Foz do Areia, foi feito absurdos e já nessa outra usina, a Copel aprendeu a fazer esse trabalho com a sociedade local principalmente a sociedade atingida e hoje já se age de uma maneira diferente, de uma maneira mais correta que está sendo ressaltada nesse momento, pela minha pessoa como Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Eu agradeço também Vossa Excelência, nobre Líder Waldir Rossoni e ouço com muito prazer o Presidente da Comissão de Obras, Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado, acho que seria importante quando o senhor fez uma breve comparação entre a Usina de Salto Segredo e a Usina de Itaipu, seria importante falar da defasagem cambial que nós estamos vivendo hoje em torno de 25%. Então, na verdade, se nós fizermos um comparativo real entre essas duas barragens, nós chegamos à conclusão que o custo realmente de Salto Segredo, seria em torno de 750 milhões de dólares.

Outro fato importante que nós gostaríamos de salientar desse nosso encontro, foi do programa que a Copel está lançando em apoio aos produtores rurais, eu acho que seria de grande valia e de grande importância para todos os paranaenses, principalmente para os produtores rurais, quando a Copel faz uma proposta de tocar a instalação de energia elétrica das propriedades, pelo equivalente a cem sacos de milho se não me falha a memória, eu acho que é de oitenta sacos.

Então, acho que está de parabéns o

Presidente, o meu Prof. Francisco Gomide.

Era isso que eu queria relatar.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito bem lembrado por Vossa Excelência.

Seria motivo na sequência de um comentário, que faria em decorrência do que disse para nós lá o Presidente da Copel, é a implantação de um novo clic rural para o Paraná, que seria exatamente como enfatizou Vossa Excelência, seria para beneficiar os pequenos agricultores, micro e pequenos agricultores, que não tiveram até agora acesso a energia no campo, e que teriam como contra proposta, como paga o produto. Aliás, este já foi um compromisso de campanha do Governador Requião; através da COPEL ele já começa a resgatar o seu compromisso, ou seja, fazer com que o beneficiário da energia elétrica, no campo, possa pagar os custos da instalação através da produção. Transforma-se aquele valor em produto. E pelo que nos informou o Dr. Francisco Gomide, a COPEL fez um levantamento no Estado do Paraná e chegou à conclusão de que o produto mais equilibrado, em termos de produção e em termos de preço, é o milho. E por isso, a COPEL instituiu o milho como forma de pagamento por parte destes agricultores.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Infelizmente nós não pudemos comparecer à visita oficial desta Casa à Usina de Segredo. Todavia, no sábado, antes de ontem, eu tive também a oportunidade de estar em Segredo, adaptando o nosso roteiro de viagem pela região centro-oeste do Paraná. Conheci a obra, superficialmente é claro, porque o tempo não permitia. E fui mais além, pois tive a oportunidade de conhecer, também, as instalações de uma grande fábrica de celulose, naquele município, que está desativada, e tive contatos com os trabalhadores que prestam serviços naquele grande empreendimento.

Se me permite aproveitar a oportunidade, nobre Deputado Tavares, eu gostaria de fazer um apelo ao Presidente da COPEL, porque eu estive naquela localidade de Segredo e obtive a informação de que existe uma empresa das que prestam serviços na obra, uma das empreiteiras, que tem aproximadamente 300 trabalhadores, e que não vem cumprindo os requisitos da segurança no trabalho, tem transportado os trabalhadores em caminhões, e Vossa Excelência sabe, aquelas curvas enormes, extremamente perigosas; esta empresa não tem cumprido a legislação trabalhista. Tem submetido alguns trabalhadores à carga horária de trabalho de até catorze, quinze horas por dia, o que é absolutamente desumano, in-

constitucional e inadmissível; não tem fornecido alimentação, e uma série de questões. Eu prefiro não declinar o nome da empresa, de público, mas eu faria um apelo, já que Vossa Excelência tem bom trânsito na área do Governador, para que solicitasse ao Presidente da COPEL uma investigação deste fato e que procurasse intervir. Eu acho importante. É uma obra muito importante para o Paraná. É uma declaração, até, de independência econômica que nós temos, de capacidade de investimentos e tudo o mais. Neste ponto, nós somamos à manifestação de Vossa Excelência e dos demais Pares.

Todavia, é importante que também tenhamos muito rigor na questão dos funcionários, porque eu entendo que uma obra desta envergadura, um empreendimento deste não pode ser maculado sob forma alguma. Eu sei que não é culpa da COPEL, já que é uma empresa contratada; mas a COPEL, tenho certeza, pode interferir nesta questão.

E também outro fato me chamou a atenção, e eu quero aqui fazer um apelo ao nobre Líder do PMDB, porque eu observei que na localidade de Segredo não existe nenhum hospital para atender a uma população enorme. Há o Hospital da COPEL. Mas, na comunidade, não. E existe um hospital desativado daquela empresa de celulose. Então, eu acho importante, talvez, que o Governo do Estado, juntamente com a Prefeitura, não sei se de Guarapuava ou alguma outra, da região, pudessem intervir e colocar aquele hospital que está desativado em funcionamento. O hospital daquela empresa.

Então, eu gostaria de me somar a esta manifestação, pois nós realmente achamos importante. Mas, gostaria também de ressaltar estes aspectos que nós pudemos observar na visita. E, lamentavelmente não pudemos acompanhar Vossa Excelência, mas eu procurei, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ir no dia seguinte, para pelo menos ter uma noção da grandiosidade da obra e todos os aspectos sociais e econômicos que envolverem aquele empreendimento.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Eu também agradeço o aparte de Vossa Excelência e antes de passar novamente a palavra aos Deputados que solicitam apartes, eu gostaria de rapidamente dizer ao Deputado Ernani Pudell que nós também tivemos a preocupação de ouvir pessoas com relação à questão social, naquela obra...

O Sr. Ernani Pudell - Infelizmente nós não solicito a Vossa Excelência que conceda ao Deputado Tavares o Horário da Liderança do PMDB.

Curitiba, segunda, em 20.05.91

Obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado nobre Líder.

Exatamente pelo fato de que eu sou de uma região que algumas hidroelétricas foram construídas, em que pese o lado positivo dessas obras, construídas pela CESP, que é a nossa COPEL de São Paulo, elas lamentavelmente deixaram um lastro de injustiças muito grande. Exatamente em cima dessa realidade é que eu tive a preocupação de ouvir algumas pessoas, evidentemente em razão do pouco tempo, de como era dado tratamento social aos trabalhadores e seus familiares, naquela obra. Afinal de contas é uma cidade aonde ela está sendo construída, são centenas de moradias, tem o hospital como bem salientou Vossa Excelência, fiquei também sabendo que aquele hospital é o único hospital que a região toda se vale para poder receber atendimento médico de qualidade.

Fiquei também sabendo que a jornada de trabalho é de 8 horas, que os trabalhadores ganham por hora, e quando excede esta jornada a eles é atribuída a hora-extra, paga nos termos da Constituição. Evidentemente que eu não duvido que numa obra daquele porte não se comete, aqui ou ali, alguma injustiça contra a classe trabalhadora, e nesse sentido eu me comprometo de levar ao conhecimento do Presidente da COPEL, os termos exatos do aparte de Vossa Excelência para que ele possa mandar investigar e caso constate o que Vossa Excelência afirma, adotar as providências que o caso está requerendo.

Pela ordem concedo o aparte ao Deputado Toti Colaço, que também esteve lá conosco, e eu me esqueci, por ocasião da denominação dos companheiros, de citar o seu nome. Aliás o Deputado Toti Colaço é um dos Deputados de maior prestígio, na região, ao lado do Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Toti Colaço - Muito obrigado, illustre Deputado José Tavares. Eu queria me associar às suas palavras, neste pronunciamento desta tarde, porque, na verdade, para todos nós foi uma surpresa muito grande ver aquela obra, da maneira como se encontra.

Mas, eu queria, nobre Deputado, que Vossa Excelência, pudesse registrar, aí de público, e eu faço daqui, sucintamente, de que antes de nós chegarmos em Salto Segredo, nós fizemos uma visita à FERROESTE, ali na Cooperativa Agrária. E eu confesso que pude avaliar, de perto, a importância daquela Ferrovia, tendo em vista aquele complexo daquela cooperativa de Entre Rios, que ali está se instalando. Eu até comentava com alguns Parlamentares, na

viagem, de que aquele trecho da FERROESTE, tem que sair a qualquer custo e a qualquer preço, porque na verdade aquela cooperativa que ali está se instalando, está quase que instalada, com a produção que sai daquela região, seria talvez um dos maiores crimes que o Paraná iria fazer se não levasse a ferrovia, pelo menos num curto espaço de tempo, até aquele terminal.

Assim sendo, ilustre Deputado, eu queria me associar às suas palavras e deixar registrada a nossa passagem ali pela FERROESTE.

E, aproveitando o gancho, registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares, que se encontra nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito bem, ao tempo em que nós associamos a satisfação da presença do Presidente da Câmara de Teixeira Soares, nós também queremos dizer que ao final do nosso pronunciamento nós iremos fazer o registro da nossa visita à Cooperativa Agrária, lá na grande Guarapuava. Eu deixei exatamente para o final do pronunciamento para não misturar os dois assuntos. Mas, indiscutivelmente foi uma visita de grande importância e de grande significado para todos nós, especialmente para este Deputado que, repito, não conhecia aquela região.

A FERROESTE é uma obra que está sendo praticamente agora lançada pelo Governo em consórcio com a iniciativa privada, da maior significação para o Paraná. Aliás o nosso Estado é um Estado que tem de tudo, tem tudo, é um Estado importante, mas é um Estado muito humilde. A gente que andou vivendo anos fora do Paraná, militarmente, politicamente em Brasília, pode dar este testemunho de maneira muito clara a Vossas Excelências. O Paraná é um Estado muito modesto, ele deveria se impôr mais, ele tem por que se impôr é um Estado que surpreende a nós mesmos. Eu fiquei surpreso com o que vi em Salto Segredo e com o que pude presenciar lá na sua cidade, César, em Guarapuava, com esta cooperativa agrária. Uma cooperativa constituída de duzentos e poucos agricultores, proprietários de uma região, e que confesso, com toda a ligação que eu pudesse ter tido ao longo desses anos com o setor da agropecuária paranaense, eu conhecia muito pouco a respeito desse grande grupo, que nós podemos dizer paranaense que vêm através do trabalho, da dedicação, do amor ao Paraná ajudando a construir o progresso e o desenvolvimento deste nosso Estado.

Eu quero conceder a palavra antes de concedê-la ao Deputado Ovídio Constantino, ao líder Orlando Pessuti, que havia me so-

licitado anteriormente.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Tavares, Senhor Presidente, demais Deputados, acreditamos nós que o uso da tribuna por parte do Deputado Tavares, aparteado que foi por um bom número de outros Senhores Parlamentares, nos faz um relato bastante sucinto e ao mesmo tempo bastante enriquecido do que foi a viagem Parlamentar que realizamos na última sexta-feira, onde pudemos, como bem afirma o Deputado Tavares, avaliar a pujança agropecuária de uma Região, a pujança de um sistema cooperativo, que em algumas Regiões muitas vezes franquejada, mas que naquela Região, em especial através da Cooperativa Agrária Entre Rios, ele caminha a passos largos e firme.

O terminal agroindustrial rodoferroviário da agrária, que irá interligar a ferrovia hoje existente até Guarapuava, até esse terminal, propiciando com isso a adoção de um sistema onde os caminhões chegam, despejam os cereais em grãos, esse produto é secado, sofre um processo de limpeza, é beneficiado vamos dizer assim, e dali passa para os vagões; podendo esse produto chegar a Paranaguá e aos demais continentes do mundo por um preço muito mais acessível do que chega hoje, quando é transportado totalmente via-caminhões e via-rodovias.

Portanto, aquilo que vimos em termos de cooperativismo, aquilo que pudemos verificar em termos FERROESTE nesse ramal de doze quilômetros, que vai de Guarapuava até esse terminal da cooperativa agrária, um acesso de doze quilômetros, o qual tivemos a oportunidade de, no dia 09 de março, estar presente com o Governador Álvaro Dias, quando se fazia o lançamento das obras, de março até agora nós já pudemos avaliar o que foi feito naquela região e nos dar a certeza de que a FERROESTE até o trecho da agrária já está garantida. E principalmente verificarmos o que foi feito até hoje em Salto Segredo, realmente a análise que Vossa Excelência faz nos dá conta de que a seriedade com que essa obra foi tocada, desde o seu início, lá atrás, em 1980, depois do Governo Richa, depois do Governo Álvaro e agora no Governo Requião, nos dá conta de que no Paraná as coisas realmente são diferentes. Meus cumprimentos Deputado Tavares, cumprimentos aos Deputados que lá estiveram conosco, e um chamamento especial em nosso nome e em nome da liderança do Governo, para que os Parlamentares que não puderam comparecer nesta viagem, nesta visita, que programamos uma outra e que todos aqueles que não foram tenham a oportunidade de ir, para a exemplo de nós, avaliar o que de bom está se fazendo no Paraná.

O SR. JOSÉ TAVARES - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência nobre líder Pessuti e concedo rapidamente, se o Presidente permitir, para que não fique nenhum colega sem o direito de me apartear, um aparte ao Deputado Ovídio Constantino, só que gostaria de pedir a Vossa Excelência que fosse o mais breve possível.

O Sr. Ovídio Constantino - Gostaria de agradecer ao Deputado Tavares e só relatar que eu venho acompanhando os agricultores que, historicamente, são atingidos pelas barragens, desde a barragem de Itaipu, desde na sequência a barragem que estaria prevista para ser construído pela ELETROSUL em Capanema e acompanhamos, tivemos o prazer de acompanhar toda a insatisfação da população naquelas oportunidades e que também por força popular a barragem do Capanema foi cancelada em função dos exemplos tidos anteriormente da exploração que se fez dos trabalhadores atingidos, dos desapropriados daquela área. E da mesma forma acrescentar dados de que tive a oportunidade de receber na semana passada visita do assessor de imprensa da COPEL quando nos trouxe por solicitação uma cópia do projeto de Salto Caxias e que a população de Nova Prata do Iguaçu e dos municípios vizinhos onde será construída a usina de Salto Caxias estão preocupadas, pensando no passado já antecipadamente se organizando para que desta forma que a COPEL vem tratando a questão de Salto Segredo se trate também o pessoal atingido em Salto Caxias, que uma grande área, bem maior que Salto Segredo será atingido e muitos agricultores terão que deixar lá a sua propriedade de vinte, trinta anos, as suas famílias, as suas amizades e assim por diante. E essa preocupação nós viemos acompanhando o outro lado da questão que são os trabalhadores atingidos.

Origado!

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ao agradecer os apartes dos nobres colegas eu concluiria dizendo que concordo plenamente com o que Vossa Excelência coloca com relação a problemas sociais havidos em decorrência de outras hidrelétricas no Paraná, mas no que diz respeito especificamente a essa, Salto Segredo, nós devemos reconhecer que o Governo e a COPEL procuraram tomar todas as providências para evitar o máximo qualquer tipo de injustiça, e não sentimos em nenhum momento nenhum tipo de reclamação, não sentimos nenhuma declaração que pudesse nos levar a qualquer tipo de ato como esse que Vossa Excelência colocou em razão de outras hidrelétricas construídas no Estado do Paraná.

Realmente esse é um problema, sério é de ocorrência muitas vezes da necessidade do progresso e do desenvolvimento. Andando por Salto Segredo eu conversava com vários colegas sobre a magestosidade daquela obra, e quando dizia, vejam o que é que nós seres humanos exigimos do setor público, se não se faz hidrelétrica não se tem energia, não tendo energia não se toca hospitais, não se toca sistema de computadores, não se toca fábrica, em síntese, somos nós mesmos pela nossa existência é que exigimos do setor público a construção de uma obra como aquela.

Quero agradecer a todos, quero agradecer mais uma vez à COPEL, parabenizar a COPEL e toda sua equipe por aquela grande obra, e dizer aos meus colegas que não puderam participar desta viagem que pelo que pude perceber a COPEL vai refazer o convite, que não percam essa oportunidade para que possam ver de perto a grandiosidade de uma obra que está sendo construída com o dinheiro do povo de maneira austera, de maneira econômica, a demonstrar, muitas vezes que no Brasil se constrói muita coisa por um preço elevado, por um custo excessivo, e que em última análise quem paga somos todos nós. O exemplo de Salto Segredo é um exemplo que nós temos que aplaudir, e que temos que exigir sempre dos nossos governantes como forma de se construir obras no Estado do Paraná e no Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças: PL, com a palavra. PFL. Com a palavra o Deputado Élio Rusch.

SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, prezados paranaenses.

Há muito tempo se ouve pela imprensa nacional a tão falada indenização das terras produtivas e muitas vezes das terras não produtivas em consequência da construção de hidrelétrica.

Nós assistimos por muitos e muitos anos uma longa campanha encetada pelo jornalista Francisco Cunha, da "Gazeta do Povo", que seria a indenização por parte dos municípios através dos "royalties" em consequência das construções das hidrelétricas. É dispositivo constitucional, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e esse dispositivo foi regulamentado através de uma lei complementar publicada no dia 04 de abril deste ano.

Nós ouvimos os constantes políticos e as constantes manifestações pelos mais diversos setores da sociedade brasileira: uns acreditando nos "royalties" e outros não. E para a felicidade do povo do Para-

ná, para a felicidade dos 437 municípios energéticos do nosso País nós ouvimos, e com muita satisfação, no final da última semana, ser anunciada a primeira liberação dos "royalties" para o Estado do Paraná. São 59 municípios do nosso Estado que haverão de ser beneficiados com o pagamento destes "royalties". Nós só esperamos que o Governo Federal realmente venha cumprir o dispositivo constitucional e, acima de tudo, sendo isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um compromisso de honra e até moral do Presidente Collor, porque ele subiu e desceu a rampa do Palácio do Planalto com centenas e centenas de Prefeitos do nosso País.

Nós sabemos que as terras que nós perdemos são produtivas e a região que eu represento em particular, o Extremo Oeste do Paraná, tem perdido, e muito, com a construção da Hidrelétrica ITAIPU. A construção da Hidrelétrica de Itaipu, inclusive, levou até à justiça do nosso Estado questões a serem defendidas entre o município de Foz do Iguaçu e com os demais dez municípios em relação ao ICMS em consequência da energia gerada por esta empresa. Nós sabemos que a justiça foi feita e esperamos que, realmente, ela continue prevalecendo para que o ICMS também seja rateado para todos os municípios e não somente para um município.

Eu estimo e admiro muito o Prefeito de Foz do Iguaçu, Álvaro Newman, mas, infelizmente, nesta questão ele foi, até, meio egoísta em querer levar única e exclusivamente para Foz do Iguaçu o ICMS gerado pela Itaipu como se a energia fosse gerada única e exclusivamente pelas águas depositadas neste seu município, como se Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Guaíra, Missal, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha do Iguaçu não participassem para isso. Eu creio que a Justiça fez justiça.

Em relação aos "royalties", o Paraná não recebeu a primeira parte e os municípios haverão de receber a primeira parte já nos primeiros dias.

Nós falamos do Lago Itaipu, inclusive desta tribuna eu já fiz menção sobre a segurança do Lago Itaipu, outros Deputados também o fizeram. Eu gostaria, neste momento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, depositar um voto de confiança que a sociedade do Paraná, especificamente aos municípios lindeiros do Lago Itaipu devem depositar neste momento ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Moacir Favetti.

Nós assistimos hoje, pela televisão, em rede nacional, quando o Governador do Estado do Paraná, o Secretário da Segurança Pública do nosso Estado, o Presidente da Itaipu-Binacional, a Polícia Federal e

a Estadual, a Marinha, todos juntos formaram um consórcio de segurança no Extremo Oeste do Paraná, envolvendo dezenas de viaturas, seis lanchas, helicópteros e centenas e centenas de homens na segurança para coibir o tráfico, o contrabando e, principalmente o roubo que se registra, dia após dia, na nossa região. Realmente foi lamentável, foi triste o que nós vimos no dia de hoje, meio dia, na televisão: quando o helicóptero sobrevoava o Lago de Itaipu, constatava que, em plena luz do dia, se descarregava no lado paraguaio, contrabando do soja aqui do Brasil; infelizmente, nada se conseguiu fazer, mas nós esperamos que essa visita que foi feita por parte do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião ao Presidente da República do lado Paraguai, realmente não fique no papel, se faz necessário que o Governo brasileiro e o Governo paraguaio, devem trabalhar emanados e em conjunto para coibir aquele mal que assola hoje, não só o nosso Estado, mas a nossa Nação e o Governo brasileiro, do lado de cá numa fiscalização e que essa fiscalização que iniciou hoje, essa operação não termine por aqui, mas que seja uma continuidade durante esses quatro anos do Governador Roberto Requião, assim como disse no dia de hoje o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Devo fazer esse registro publicamente, devo fazer esse registro para que fique registrado nos Anais desta sessão de hoje, porque desta tribuna nós fizemos as denúncias e quando as coisas são boas nós também as devemos reconhecer.

Seria isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSB com a palavra.

(Declina).

PRN. Com a palavra o Deputado Waldir Rossoni.

O SR. WALDIR ROSSONI - (Lê) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

(Lê): "Venho hoje aqui, fazer um relato sobre atitudes duvidosas, que vêm sendo adotadas pelo Governo Estadual. Ao contrário do que se dizia durante a campanha eleitoral, a máquina administrativa vem sendo ampliada, com a criação de novos órgãos. No que se refere ao meio ambiente, por exemplo, o Paraná já contava com o IBAMA (vinculado ao Governo Federal), com o ITCF (vinculado ao Governo Estadual) e com a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (Ligada a Secretaria de Segurança Pública). Agora está sendo criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente: sendo

criada sim; porque a mensagem do Executivo para a sua concretização ainda não passou por esta Casa e, sendo assim, por enquanto, ela existe somente no papel.

Além dos transtornos que estes desmembramentos ocasionam, que podemos exemplificar com o caso do ITCF que, apesar de vinculado à nova secretaria, ainda consta da previsão orçamentária da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; temos que denunciar aqui, que ações ostensivas e arbitrárias vêm sendo praticadas em nome da ainda inexistente Sema, em todo o Estado.

Recentemente, tivemos notícias sobre uma destas ações, ocorridas em União da Vitória e Municípios vizinhos. Pessoas que se identificaram como Fiscais do Meio Ambiente, aproveitando-se da humildade dos moradores, ameaçaram trabalhadores, portando revólveres e outras armas de grosso calibre, chegando até mesmo a agredi-los. Muitas das pessoas autuadas por estes fiscais, tiveram que se deslocar até a capital, numa viagem de mais de duzentos quilômetros, para resolver a autuação que tiveram lá por estes fiscais.

Entretanto, em muitos casos as pessoas chegaram na Capital para conversar com os fiscais que os fiscalizaram e os autuaram no Interior, chegaram aqui na Capital e foram recebidos em um gabinete e dentro desse gabinete receberam a proposta que eu considero que devemos ter aqui esclarecimentos do Governo do Estado.

Muitas dessas pessoas que foram autuadas no Interior, que foram, como poderíamos dizer aqui, mal educadamente tratadas lá no interior com pessoas mal trajadas, barbudas e mal educadas, chegaram lá com os agricultores, chegaram a pegar pessoas que tinham dois metros cúbicos de lenha para o inverno, para o seu fogão de inverno e chegar aqui na Secretaria ou na Delegacia, ou em qualquer órgão, porque já tem órgãos demais, e foi achacada aqui dentro desse órgão do Estado.

E ainda, companheiros, esses homens continuam percorrendo o Estado, e no último final de semana estiveram na Região de Imbituvá e tive notícias que estão na Região de Pato Branco. Pedimos ao Líder do PMDB que leve a conhecimento do Governador Roberto Requião e que se tomem atitudes concretas e que se traga aqui para esta Casa o que é de concreto, o que foi tomado e recolham esses marginais que estão extorquindo o dinheiro da população trabalhadora do Interior porque eles são homens simples e não podem ser achacados por pessoas que saem aqui.

Eu faço aqui uma pergunta: será que é esse o programa da "panela cheia"?

A "panela cheia" dos fiscais que estão indo ao Interior e recebendo dinheiro particular. Quero dizer aqui aos homens do

Governo do Estado quando faço aqui uma denúncia, e quando farei aqui denúncias no futuro, é para ajudar a governar este Estado. É desta forma que a população me colocou para ajudar a governar o Estado na oposição. E digo aos Senhores: não estou fazendo denúncia vazia. Coloco-me à inteira disposição para acompanhar Deputados do Governo para irem a minha região e conhecerem as pessoas humildes da minha região, que foram extorquidas e roubadas por essas pessoas, que eu não as considero pessoas dignas do cargo que exercem.

É esse o motivo que me traz à tribuna. Gostaria de vir à tribuna, Líder do PMDB Deputado Orlando Pessuti, para vir ao Senhor para dizer que os fiscais que estiveram na minha localidade tiveram atitudes corretas, decentes, explicadoras, colocando as pessoas dentro das Leis que tem que ser regido o meio ambiente do Estado.

Mas infelizmente me preocupa muito e gostaria de atitudes imediatas porque nós estamos iniciando um Governo."

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência me permite um aparte?

Assentimento.

Deputado Valdir Rossoni, eu tenho a certeza que aquilo que Vossa Excelência traz aqui preocupa não só a Vossa Excelência na condição de Parlamentar, não só a Vossa Excelência na condição de Líder da Bancada do PRN, mas preocupa a todos nós porque eu tenho certeza que, conhecendo como conhecemos já os Parlamentares desta Legislatura, nenhum de nós haverá de concordar com esse tipo de comportamento de servidores públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais. Não só não concordamos e não aceitamos esse comportamento: a população como um todo não aceita esse comportamento.

Está aí a revolta da população com referência aos escândalos, as fraudes ocorridas na Previdência, está aí a população denunciando a Vossa Excelência aquilo que de errado vem acontecendo de parte de alguns servidores públicos estaduais que, no exercício de uma nobre missão, se exacerbam, se exageram, praticam o autoritarismo e achacam.

Tenha a certeza Vossa Excelência que estaremos ao vosso lado para as providências que se fizerem necessárias para que esses fatos, além de esclarecidos, possam a eles ser atribuídos por Sua Excelência o Governador Requião as medidas punitivas que se fizerem necessárias.

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu agradeço ao Líder do PMDB.

Eu quis colocar essa denúncia dessa forma para que o Senhor também encarasse desta forma com que o Senhor encarou para

que nós, Deputados, exerçamos o nosso verdadeiro papel.

Quero me colocar à inteira disposição do Secretário e do Senhor Líder para que eu possa ajudar a esclarecer porque o que ocorre é o seguinte: lá no interior as pessoas têm medo de denunciar porque, tomada uma atitude contra esse cidadão, daqui a 5 ou 6 meses quando o Governador esquecer, quando nós, Deputados, esquecermos, de repente vão chegar novamente lá os marginais e começar a prejudicar de verdade, o nosso cidadão interiorano. Por isso quero resguardar esses denunciadores, mas de uma forma concreta, tenho as declarações deles.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Na semana passada, numa das últimas sessões, eu dei entrada em dois requerimentos na Casa e parece, que foram aprovados.

Eu gostaria de fazer um comentário a respeito dos dois requerimentos. Nós tomamos conhecimento, pela imprensa, que o Governo Federal estará liberando os recursos para a nossa agricultura, pelo menos a imprensa tem trazido para todos nós esta notícia muito agradável, diga-se de passagem.

Eu me questionava e me questiono como vão chegar esses recursos por exemplo, naqueles municípios, onde o Banco do Brasil deixou de existir.

Parece que não é somente Teixeira Soares, nem Rio Azul e nem somente Inácio Martins. Outros municípios do nosso Estado vão passar por um grande problema, porque o Banco do Brasil não existir e automaticamente os nossos agricultores, principalmente os pequenos agricultores, não vejo como eles se beneficiariam com o repasse desses recursos, a não ser onde entra o meu requerimento.

Requerimento dirigido ao Secretário das Finanças e ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria das Finanças e através do próprio Banco do Estado, possa contemplar e compensar aqueles municípios que tiveram as agências do Banco do Brasil fechadas por uma determinação do próprio Banco do Brasil, de Brasília.

Compensadas de que forma? Injetando recursos para que os nossos agricultores possam se beneficiar, possam ter os seus recursos dentro do próprio município onde

existe agência do Banco do Estado, praticamente em todos os municípios do Paraná.

Espero que o Presidente do Banco do Estado e a própria Secretaria das Finanças e outros órgãos, entendendo este requerimento que foi aprovado por esta Casa de Leis, possam dar um tratamento especial às agências do Banco do Estado, onde foram fechadas as agências do Banco do Brasil.

Outro requerimento que passou nesta Casa diz respeito também à nossa área rural. Nós viemos à grande Curitiba, Londrina e Maringá, às grandes cidades, e a cada ano que passa vemos que elas crescem assustadoramente e o que se vê ao redor? Vejo aqui os Deputados da região metropolitana. Chamo até de cidades-dormitório que têm ao redor da grande Curitiba, mas se for fazer o levantamento em todos os bairros ao redor da grande Curitiba, vão encontrar lá a sua grande maioria de gente que veio da roça, que veio do interior. Da minha região mesmo, tem milhares de sulistas que estão aí, ao redor de Curitiba, em busca de emprego, em busca de trabalho e em busca de uma casa para morar também e o que nós queremos com esse requerimento, que já foi aprovado, se não me engano, aqui pela Casa.

A COHAPAR, à Secretaria da Habitação Popular, ao próprio Governo Federal, à sua Secretaria Especial também, se nós quisermos que não inchem as grandes cidades, temos que levar para o interior dos nossos municípios, todo o benefício e conforto que tem o trabalhador da área rural.

Eu já tive alguns desentendimentos quando Prefeito fui, porque briguei muito. Já briguei até com o Governo Federal, com setores competentes, e também com o Estado, porque não me permitiam que construísse casas populares na área rural, só ao redor da cidade.

Este requerimento, acredito, já foi aprovado. E espero que principalmente os Deputados do PRN, com todo o respeito, que estão numa linha muito mais direta com o Presidente da República, possam nos auxiliar, fazendo com que o próprio Governo Federal mude as regras do jogo e comece a liberar recursos aos Prefeitos do Interior, para que se construam casas na área rural para o pequeno agricultor, para o filho do nosso agricultor, que hoje nem sequer pode comprar meia dúzia de tábuas ou um milheiro de telhas.

E finalmente, Sr. Presidente, quero me associar às palavras do Deputado Élio Rusch. Estou endereçando um requerimento à mesa, que diz o seguinte, e que também fala dos municípios que foram atingidos pela represa de Itaipu. E temos que destacar aqui neste requerimento, o trabalho incan-

sável do paranaense Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Não conheço o Dr. Francisco. Se eu o conhecesse, poderiam até dizer que o Deputado Toti estaria fazendo demagogia. Não o conheço pessoalmente, mas o conheço pelo trabalho que vem realizando no Estado do Paraná, principalmente através da "Gazeta do Povo". E hoje quando se estampa na "Gazeta do Povo" e em outros meios de comunicação que o Paraná começa a receber os famosos "royalties", todos nos enchemos de orgulho e satisfação, porque há alguns anos atrás a "Gazeta do Povo", através do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, levantou esta bandeira. E muitos não acreditaram. O resultado já está aí hoje, chegando aquilo que o Paraná tinha como direito.

Por isso, vou fazer a leitura do requerimento: (O requerimento foi lido no Expediente e tomou o número 1106).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra.

(Declina).

PTB.

(Declina).

Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, comunicando sua ausência desta Casa de Leis, no período de 18 a 28 do corrente mês, por motivo de viagem à Itália.- À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Garcia, Rossoni, Nilton Barbosa e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, no período de 23 de maio a 09 de junho do corrente ano.- Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, altera o Artigo 2º da Lei nº 9.367, de 13/09/90, que criou o município de Coronel Domingos Soares, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a Mesa, requerimento de nº 1110, de autoria do Senhor Deputado Ademar

Curitiba, segunda, em 20.05.91

Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1122, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1107, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1112, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1113, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1106, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1105, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1119 e 1120, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1103 e 1109, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1114 e 1115, 1116, 1117 e 1118, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1121, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Doutor Rosinha, com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Rejeitado.

O SR. DR. ROSINHA: Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o requerimento de autoria da Bancada do PT, queiram levantar-se.

6 Senhores Deputados aprovam.

24 Senhores Deputados rejeitam. Está rejeitado o requerimento.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Só lembrando V.Exa., que de acordo com artigo nº 34 § 2º, hoje V.Exa. deve concluir a indicação dos demais membros da Comissão de Saúde, que faltam até lembrando V.Exa., PMDB faltam 1, PFL 2, PL 1, PSDB 1.

E também a CPI da questão financeira do Estado, composta por sete membros que

V.Exa, de acordo com o Regimento Interno, tem autoridade de indicar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa indica para a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Pública, pelo PMDB, Deputado Nilton Barbosa; pelo PFL, Deputado Elío Rusch e Nelson Garcia, os demais partidos já indicaram os seus membros, a Comissão está composta, restando apenas a sua instalação, inclusive a publicação no Diário Oficial de hoje, trás a instituição da Comissão. A outra Comissão, a Mesa vai responder a questão de ordem amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 029/91.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 077/91.
e dos Projetos de Lei n°s 034 e 063/91.

Levanta-se a sessão.